

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.292 - MG (2019/0152699-3)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : DOUGLAS SOUZA CHAGAS
ADVOGADOS : RODRIGO RIBEIRO PEREIRA - MG083032
AMANDA CORREA FERNANDES - MG167317
RECORRIDO : CAMARA MUNICIPAL DE FRUTAL
ADVOGADO : LEONARDO JUNQUEIRA ALVES DE SOUZA E OUTRO(S) -
MG096091

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. CÂMARA MUNICIPAL DE FRUTAL. INSTALAÇÃO DE COMISSÃO PROCESSANTE PARA RECEBIMENTO DE DENÚNCIA CONTRA VEREADOR. DECRETO-LEI 201/67. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO DEVIDAMENTE IMPUGNADO NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 283/STF POR APLICAÇÃO ANALÓGICA. ACÓRDÃO BASEADO NO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por DOUGLAS SOUZA CHAGAS em face de acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado (e-STJ fl. 842):

MANDADO DE SEGURANÇA. REMESSA NECESSÁRIA NÃO CONHECIDA. AFASTAMENTO DE PARLAMENTAR DECORRENTE DE LIMINAR EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRELIMINAR DE OFENSA À DIALETICIDADE. REJEIÇÃO. CÂMARA MUNICIPAL DE FRUTAL. INSTALAÇÃO DE COMISSÃO PROCESSANTE PARA RECEBIMENTO DE DENÚNCIA CONTRA VEREADOR. DECRETO-LEI 201/67. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AMPLA DEFESA OU AO CONTRADITÓRIO. PROCEDIMENTO CONDIZENTE COM AS REGRAS INSERTAS NO REGIMENTO INTERNO DA CASA LEGISLATIVA. IMPEDIMENTO DE PARLAMENTAR. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO PROCEDIMENTO. CONDIÇÃO DE DENUNCIANTE NÃO COMPROVADA.

RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

- Nos termos do que prescreve o art. 14, § 1º da Lei 12.016/09, somente está obrigatoriamente sujeita a duplo grau de jurisdição a sentença que concede a segurança, razão pela qual diante da denegação da segurança não merece ser conhecida a remessa necessária.

- Considerando que as razões do recurso impugnado se direcionaram a atacar os fundamentos da sentença, não houve a configuração de ofensa ao princípio da dialeticidade.

- Ao processo político-administrativo de cassação de vereador não se aplicam as hipóteses de impedimento e suspeição ordinárias previstas no

Superior Tribunal de Justiça

art. 144 do CPC/2015 para os juízes de direito, visto que o impedimento no âmbito do processo legislativo é regido pelo que estabelece o Decreto-Lei 201/67.

- Segundo estabelece o art. 5, II do Decreto-Lei 201/67, na hipótese de ser o denunciante vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a comissão processante na medida em que sua participação ensejar efetivo prejuízo à deliberação.

- Na hipótese dos autos, não restou suficientemente o impedimento estampado na norma que rege o procedimento disciplinado pelo art. 5º do Decreto-Lei 201/67 capaz de macular com nulidade absoluta o procedimento que redundou no recebimento da denúncia em desfavor do impetrante, mormente considerando a inexistência de prejuízo ao resultado da votação.

Nas razões do recurso especial, aduz a parte ora Recorrente que o acórdão ora recorrido ofendeu o art. 5º, I, do Decreto-Lei n. 201/67, por entender, em síntese, que "o impedimento do vereador Bruno Augusto de Jesus Ferreira é realmente insuperável, e a sua participação na votação sobre o recebimento da denúncia trouxe nulidade ao procedimento, pouco importando o resultado da votação" (e-STJ fl. 919). Acrescenta que "foi reconhecido no Acórdão Recorrido que todos os fatos narrados na denúncia (objeto da processante) são oriundos das declarações prestadas pelo vereador Bruno na condição de denunciante - perante a autoridade policial, que originou a ação penal supramencionada. Ou seja, o vereador Bruno é personagem identificada como denunciante e testemunha". Aponta, ainda, que o acórdão ora recorrido diverge de precedente extraído da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

As contrarrazões foram juntadas às e-STJ fls. 932/943.

A decisão de admissibilidade do recurso especial foi juntada às e-STJ fls. 995/996

O parecer do Ministério Público Federal foi juntado às e-STJ fls. 1004/1012.

É o relatório. Decido.

Incide o Enunciado administrativo n. 3/STJ: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

No caso em concreto, a legalidade do processo político-administrativo levado à cabo pela Câmara Municipal de Frutal foi assim afirmada pelo acórdão ora recorrido:

Aponta o parquet que as investigações foram iniciadas tendo em vista representação formulada pelos vereadores Bruno Augusto de Jesus Ferreira e Carlos Roberto Silva, e concluíram pela existência de práticas imorais e criminosas por parte dos denunciados objetivando obtenção de vantagem ilícita e favorecimento no que concerne a votos para o processo eleitoral para escolha da mesa Diretora da Câmara Municipal de Frutal.

A "Denúncia com Requerimento para Instauração de Comissão Processante visando a cassação de Mandato Eletivo" foi apresentada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e por Caio Heitor Duarte, em face do impetrante - Douglas Souza Chagas - na qualidade de vereador filiado ao PSOL.

Após o recebimento da citada denúncia, foram instauradas sete Comissões Processantes para julgamento dos vereadores afastados em razão da suposta prática de infrações capituladas no Decreto -Lei n.º 201/67, que ensejou o Processo Político Administrativo n.º 01/2017 voltado à apuração de suposto ato de corrupção pelo impetrante - Douglas Souza Chagas.

Consignou também o acórdão recorrido:

No entanto, a hipótese em comento evidencia a peculiaridade de que o vereador BRUNO AUGUSTO DE JESUS FERREIRA participou da votação sobre o recebimento da denúncia em face do impetrante, mesmo tendo sido o autor da denúncia que originou a ação penal e a ação civil pública que ensejaram no afastamento do impetrante do cargo de parlamentar do Município de Frutal.

Em tese, uma das principais alegações firmadas pelo impetrante é no sentido de que a participação do vereador na aludida votação teria contaminado o procedimento e invalidado os atos praticados de nulidade, pelo que flagrante a existência de interesse do vereador responsável pela denúncia no afastamento do denunciado.

No entanto, entendo que a nulidade do procedimento não pode ser declarada sem clara exposição ou evidência de prejuízo ao acusado, fato não ocorrido na hipótese dos autos na medida em que a denúncia foi recebida por 12 (doze) votos a favor e apenas 1 (um) voto contra. Às expensas do caráter controvertido da expressão "denunciante", eis que contempla-se a peculiaridade fática na hipótese presente de que o vereador BRUNO AUGUSTO DE JESUS FERREIRA não noticiou, de forma direta e literal a prática de qualquer ato supostamente praticado vereador DOUGLAS SOUZA CHAGAS, sendo tão somente responsável pela notícia dada ao Delegado Regional da Polícia Civil acerca de supostos fatos típicos que estariam ocorrendo no âmbito da Câmara Municipal de Frutal, é de se reconhecer a textura aberta da expressão "denunciante" para fins de impedimento à participação na aludida votação.

Portanto, as expressões "impedido" e "denunciante" revelam conceitos que dependem de sua compreensão diante da peculiaridade fática dos autos, o que redundaria no fato de não ser a controvérsia presente dotada de uma situação típica de um impedimento comum visto que inexistiria denúncia formulada pelo vereador em face do edil denunciado.

Não se pode afirmar que, diante das denúncias perpetradas com a finalidade de noticiar a prática de condutas no âmbito da Câmara Municipal de Frutal, sem o apontamento inicial do nome de qualquer edil, que isto signifique automaticamente o fato de que é o autor denunciante nos termos do que estabelece o art. 52 do Decreto -Lei 201/67.

Contudo, mesmo que se admitisse a expressa vedação de participação do vereador denunciante no procedimento em questão, é certo que a denúncia foi recebida por 12 (doze) votos a favor e 1 (um) voto contra, adimplindo-se o quorum necessário para tanto previsto na Lei Orgânica do Município de Frutal, que impõe o voto de maioria dos presentes.

[...]

Na espécie em comento, considerando que no Município de Frutal/MG a casa legislativa é composta por 15 (quinze) vereadores, decerto que a votação tomada para aprovação do pleito relativo à cassação de parlamentar depende de maioria absoluta dos presentes na forma da lei, não havendo na legislação de regência qualquer previsão para a exigência de quórum qualificado de 2/3 para o recebimento da denúncia.

Ainda que se considere a impossibilidade de computar o voto proferido pelo vereador BRUNO AUGUSTO DE JESUS FERREIRA, não haveria qualquer prejuízo ao quórum legalmente estabelecido para votação de procedimento de cassação de mandato de vereador, haja vista que a Ata da

Superior Tribunal de Justiça

Reunião Ordinária evidenciou o fato de que o recebimento da denúncia foi aprovado por 12 (doze) votos favoráveis a apenas 01 (um) contra, revelando-se indubitável o respeito ao quórum previsto em lei.

Assim, não se verifica na hipótese dos presentes autos, qualquer mácula ou vício capaz de evidenciar nulidade no procedimento que culminou com o recebimento da denúncia em face do impetrante, mormente considerando as provas e documentos colacionados aos presentes autos de Mandado de Segurança, o que significa concluir pela impossibilidade de concessão da segurança pretendida na inicial diante da nítida exposição das normas aplicáveis ao caso em comento.

De tal sorte, correta a sentença ao estabelecer que ainda que se considerasse a impossibilidade de cômputo do voto do veador BRUNO AUGUSTO DE JESUS FERREIRA, estar-se-ia diante da aprovação de 11 (onze) vereadores, o que adimple o quórum legalmente fixado para apreciação da matéria, que impõe como exigência o voto da maioria dos presentes, consoante dicção legal decorrente do §42 do art. 70 da Lei Orgânica do Município de Frutal e o que prevê o art. 52, II do Decreto -Lei 201/67.

Conforme se viu, o acórdão recorrido considerou, com base no conjunto fático e probatório constante dos autos, que "o vereador BRUNO AUGUSTO DE JESUS FERREIRA não noticiou, de forma direta e literal a prática de qualquer ato supostamente praticado vereador DOUGLAS SOUZA CHAGAS, sendo tão somente responsável pela notícia dada ao Delegado Regional da Polícia Civil acerca de supostos fatos típicos que estariam ocorrendo no âmbito da Câmara Municipal de Frutal".

Esse fundamento não foi devidamente impugnado nas razões do recurso especial, o que leva à incidência da súmula 283/STF por aplicação analógica. Além do mais, a sua revisão demanda o revolvimento do conjunto fático e probatório constante dos autos, especialmente da amplitude da manifestação apresentada pelo vereador Bruno Augusto de Jesus Ferreira. Incide, outrossim, a súmula 7/STJ.

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. VEREADOR. CASSAÇÃO DE MANDATO. DECRETO-LEI 207/1967. PROCESSO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. NULIDADES. AUSÊNCIA. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.

1. A solução integral da controvérsia, bem fundamentada, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

2. Ressalto ainda que a análise das Leis Orgânicas do Município e da Câmara Municipal de Fronteira é obstada em Recurso Especial, por analogia, nos termos da Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe Recurso Extraordinário." 3. Hipótese em que o Tribunal a quo consignou que, "analisando o teor do caderno probatório, verifico tratar-se de mandado de segurança impetrado por vereador que teve deflagrado contra si procedimento de cassação de seu mandado, por pratica de atos incompatíveis ao exercício do cargo. E, embora tenha este alegado, em defesa, que o procedimento de apuração das faltas que lhe foram cometidas restou viciado, tal conclusão não decorreu dos documentos acostados ao feito, pelo que entendo que a sentença de primeiro grau, que denegou a segurança, merece ser mantida" (fl. 1.231).

Superior Tribunal de Justiça

4. Rever tal entendimento implica, como regra, reexame de fatos e provas, obstado pelo teor da Súmula 7/STJ.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1411796/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2014, DJe 18/08/2014).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. AÇÃO ANULATÓRIA. CASSAÇÃO DO MANDATO DE PREFEITO MUNICIPAL. IRREGULARIDADES NO PROCEDIMENTO ADOTADO AFASTADAS NO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS.

SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não é possível, na via do recurso especial, modificar o entendimento do Tribunal de origem que, apoiado no conjunto fático-probatório, afastou a ocorrência de vícios ou ilegalidades na realização do processo político-administrativo, que culminou com a cassação de mandato do Prefeito Municipal. Incidência da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

2. No caso em concreto, o acórdão recorrido concluiu, com base no conjunto fático e probatório constante dos autos, que "quando concluído o processo de cassação do mandato de prefeito do apelante, haviam transcorrido 89 dias de trabalho da Comissão Processante da Câmara de Vereadores, inexistindo, deste modo, a decadência alegada pelo apelante".

3. Assim, incide a Súmula 7/STJ a inviabilizar o conhecimento da controvérsia.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1709041/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 20/03/2018).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator